

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de dezembro/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em dezembro/2016, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos no 4º Trimestre de 2016 (outubro, novembro e dezembro/2016) e ano de 2016, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência dezembro e 13º Salário/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de janeiro de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 1ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e relatar o pagamento da competência novembro/2016 no decorrer de dezembro/2016 por parte da Prefeitura Municipal, comunicar o aguardo da renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária e relatar prorrogação do credenciamento das instituições bancárias por parte do MPS.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliselí, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, conforme os relatos dos analistas foi verificado que na EUROPA felizmente, as medidas de estímulos quantitativos adotadas pelo Banco Central Europeu – BCE, nos últimos anos, parecem começar a produzir efeitos concretos. Depois de ter registrado um crescimento do PIB de 1,7% no terceiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, importantes indicadores divulgados em dezembro para a zona do euro reforçaram essa percepção. O índice PMI industrial atingiu 54,9 pontos no mês mostrando forte avanço em relação ao dado anterior. Foi o nível mais alto desde abril de 2011 e reforçou a ideia de que as indústrias da zona do euro estão entrando com força em 2017. Já o PMI composto avançou para 54,4 pontos, o maior nível em sessenta e sete meses. Também a inflação do consumidor acelerou. Embora ainda distante da meta do BCE de 2%, a inflação de dezembro foi de 1,1% na base anual,

depois de ter registrado uma alta de 0,6% em novembro. O maior impacto foi o do aumento dos preços da energia. Em relação ao mercado trabalho, foi divulgado que a taxa de desemprego em novembro foi de 9,8%, repetindo a de outubro, sendo que na Alemanha se manteve em 4,1%, a menor da região. Nos EUA, depois de um ano, o banco central, o FED, voltou a elevar a taxa básica de juros. Desta feita ela passou da banda de 0,25% a 0,50% aa. Para 0,50% a 0,75% aa. O aumento foi reflexo da melhora da economia, com crescimento mais forte nos últimos meses, baixo desemprego e aceleração da inflação. No comunicado pós reunião, a autoridade monetária indicou que projeta três aumentos por ano, até 2019. Em dezembro, a atividade industrial no país acelerou para a máxima de dois anos, em meio a um aumento de novas encomendas e do emprego no setor. Por sua vez, os gastos com a construção atingiram o maior patamar em dez anos e meio, em novembro, sugerindo um importante impulso para o crescimento do PIB no quarto trimestre. Já a criação de novos empregos não agrícolas, em dezembro, estimada em 178 mil vagas, foi efetivamente de 156 mil vagas, sendo que os salários se elevaram de forma visível. A taxa de desemprego subiu de 4,6% para 4,7%. ÁSIA Na China, foi divulgado que o setor de serviços atingiu o seu maior nível em dezessete meses, ampliando a visão de que a segunda maior economia do mundo entra em 2017 com mais força.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, depois das turbulências por conta do resultado das eleições nos EUA, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,38% a.a. no final de novembro, terminaram dezembro com um rendimento de 2,43% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo cerca de 1,38% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento de 0,29%. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,68% perante o euro e 2,18% perante o yen, por exemplo. As bolsas internacionais subiram forte em sua maioria no mês de dezembro. A bolsa alemã subiu 7,90% e a inglesa (FTSE 100) 5,29%, por exemplo. A do Japão (Nikkei 225) avançou 4,40%, enquanto a americana (S&P 500) 1,82%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 12,58%.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA De acordo com o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia da evolução do PIB cedeu 0,48% em outubro, na comparação com setembro. Em doze meses a queda foi de 5,28%. Em 2016, o indicador não apresentou queda apenas nos meses de abril e junho. Por sua vez, a taxa de desemprego ficou em 11,9% no trimestre encerrado em novembro, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 12,1 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.032,00 apresentou queda real de 0,44% frente ao ano anterior.

SETOR PÚBLICO Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 39,1 bilhões em novembro. No ano, o déficit acumulado alcançou R\$ 85,1 bilhões e em doze meses de R\$ 156,8 bilhões (2,50% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 424,6 bilhões (6,78% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 581,4 bilhões (9,28% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,42 trilhões (70,5% do PIB), elevando-se 1,0 p.p. em relação ao mês anterior.

INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE divulgou a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acelerou na passagem de novembro para dezembro, de 0,18% para 0,30%, mas ainda assim registrou a menor taxa para o mês de dezembro desde 2008. No ano, a alta acumulada foi de 6,29%. Esse resultado foi melhor do que o estimado pelo governo, pelo Banco Central, pelo FMI e pelo mercado, além de ter ficado abaixo do teto da meta que é 6,50%. Em dezembro o grupo alimentação e bebidas foi o destaque na pressão de alta e a energia elétrica na pressão de baixa. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,14% em dezembro e fechou 2016 com um aumento de 6,58%, após ter avançado 11,28% no ano anterior.

JUROS Em sua última reunião em 2016 o Copom reduziu a taxa Selic de 14% para 13,75% aa.

Na ata da reunião, divulgada logo no início de dezembro, o comitê indicou que o ritmo de cortes da taxa deve acelerar em janeiro e minimizou as preocupações com o exterior. Afirmou que é razoável esperar uma intensificação do processo de flexibilização monetária caso a atividade econômica não dê sinais claros de retomada, posto que nesse caso as projeções de inflação devem se reduzir.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de dezembro com o dólar cotado em R\$ 3,2591, com uma desvalorização de 4,05% no mês, de 16,54% no ano. Em novembro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 878 milhões, acumulando em doze meses, saldo negativo de US\$ 20,3 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 8,8 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 78,9 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 372,8 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 333,8 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve no ano um superávit de US\$ 47,7 bilhões, o maior superávit da história.

RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de dezembro acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 7,15%, seguido do IMA-B 5+, com 3,71%, e do IMA-B Total, com 2,91%. No ano, o melhor desempenho acumulado até setembro foi do IDkA 20A (IPCA) com 53,19%, seguido do IMA-B 5+ com 31,04% e do IRF-M 1+ com alta de 29,64%.

4 de 5 RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a queda no mês foi de 2,71%, no entanto, o resultado acumulado no ano foi de um expressivo ganho de 38,93%.

PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Para o mercado internacional o evento mais aguardado no início de 2017 é a posse de Donald Trump como presidente dos EUA. De início, independentemente das medidas que venha anunciar, a volatilidade deve aumentar nos mercados financeiros. Já entre as medidas que poderão ser adotadas, que provocam expectativas positivas estão a desregulamentação de vários setores e o corte de impostos e do lado negativo possíveis rupturas também com questões fiscais e o acirramento de questões geopolíticas.

MERCADO NACIONAL No mercado local, além das expectativas com o novo governo norte-americano, as atenções estarão voltadas para a primeira reunião do Copom em 2017, em que maior agressividade na redução da taxa Selic poderá ser adotada, em função da atividade econômica ainda muito deprimida e das baixas taxas de inflação esperadas. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a recomendação é de uma exposição de 50% nos

vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de dezembro/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de dezembro/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Em seguida foi avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos no 4º Trimestre de 2016 (outubro, novembro e dezembro/2016) e ano de 2016. Contudo, os investimentos do referido trimestre e ano de 2016 foram analisados e os resultados a contento tiveram aprovação unânime dos conselheiros. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência dezembro e 13º Salário/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de janeiro de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 1ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.** Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, e conforme análise da carteira de investimentos foi sugerido aplicação dos **recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B 5+**. A estratégia com relação aos recursos novos é viável haja vista que em virtude das condições do mercado, as variações na taxa de juros, influenciam diretamente no comportamento dos papéis que compõem a carteira dos fundos de investimentos de renda fixa indexados aos títulos públicos, principalmente os de vencimentos mais longos como é o caso do IMA-B 5+, porém mantendo os fundos com caráter defensivo. Na análise feita, das instituições credenciadas, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO**

BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO é o fundo com melhor desempenho nos 12 meses – 30,74% contra 30,56,% do FUNDO CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, 30,44% DO FUNDO BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA. A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais longos, para ativos indexados ao IMA-B 5+, de forma a aproveitar o momento financeiro e potencializar os ganhos neste momento. Com isso, os recursos oriundos do recolhimento previdenciário da competência dezembro e 13º salário/2016, cujo vencimento se dará em 11/01/2017 e os valores a serem recebidos do pagamento da 1ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, serão aplicados no FUNDO BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO. Em seguida foi relatado o pagamento da competência novembro/2016 no final de dezembro de 2016, cujos valores foram aplicados no fundo acima relatado e, conforme a deliberação da ata do dia 12 de dezembro de 2016. Foi também comunicado que tendo em vista a celebração do Acordo de Parcelamento há que se aguardar a liberação da renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, uma vez que o Ministério da Previdência está avaliando a documentação pertinente. E por fim foi relatada a prorrogação do credenciamento das instituições bancárias por parte do MPS, conforme a Portaria n 01, de 03 de janeiro de 2017, portanto o credenciamento do IPRESA como não está vencido, entendemos que fica prorrogado nos termos da Portaria relatada. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do Comitê se dará em 08 de fevereiro de 2017, às 13h30min. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 06 de janeiro de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Poliseli: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____
Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____
Isvaldir Lopes Veigas: _____
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____
Rosângela Marisa Tezzon: _____
Célia Maria Bassi: _____